

A evidência é tão forte que coloca do mesmo lado setores e pessoas de opiniões normalmente diferentes, como Fiesp e a esquerda do PMDB, Simonsen e Modiano: o governo está gastando demais e, com isso, aprofundando a crise na economia. Apesar dos alertas desses setores e economistas, nesta página, o

presidente Sarney parece ter entrado em delírio esbanjador: ontem resolveu que, além de estender a concorrência da Norte-Sul para um trecho da Leste-Oeste, vai construir uma siderúrgica em seu Maranhão pelo precinho de US\$ 3 800 bilhões de dólares (conheça a Usimar, o nome da siderúrgica,

na página 7). O mais grave é que, como se descobrirá na página 8, a construção das ferrovias Norte-Sul e Leste-Oeste estão nas mãos de um homem que já realizou uma obra ilegal, onerosa e inacabada (o Projeto Rio), isto é, José Reynaldo Tavares, ministro dos Transportes.

Solução para a crise: o governo parar de gastar.

A sugestão é de políticos do PMDB e da Fiesp. Todos acham que o governo precisa recuperar a credibilidade.

É preciso cortar os gastos públicos e implantar "austeridade e moralidade" na máquina estatal, disseram ontem no Rio dois parlamentares do PMDB: o deputado federal José Serra e o senador Fernando Henrique Cardoso. Fernando Henrique declarou-se até preocupado "com a falta de critérios de prioridade nos investimentos, que leva ao descontrolado", dando como exemplos a Ferrovia Norte-Sul e as transferências de recursos da União para os Estados e municípios, em situação de quase falência.

Durante o debate sobre "Estratégias não-recessivas para a economia", promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e *Jornal do Brasil*, Fernando Henrique disse que "o governo não terá credibilidade se não tomar providências urgentes para a contenção dos gastos desnecessários. Ele tem de parecer, além de ser, um governo que zela pela moralidade pública".

O deputado José Serra, por sua vez, afirmou que uma política fiscal e monetária apertada, além de uma política de rendas, é essencial para o ordenamento da economia. Segundo ele, se forem computadas todas as transferências da União para os Estados, o total resultante é da ordem de US\$ 10 bilhões. "Os Estados são a parte exposta da crise atual", disse.

José Serra, um dos autores do primeiro esboço do Plano Econômico para a Nova República, assinalou também que é preciso controlar os subsídios, exemplificando com o caso do crédito rural, "a juros nominais de 10% ao ano, com uma transferência de renda inaceitável para o setor agrícola".

O problema, segundo José Serra, "é que a sociedade não ficou sabendo desses subsídios e os agricultores continuaram reclamando. Um subsídio que não é divulgado nem aprovado por ninguém é tão imoral quanto uma concorrência sem controle". Ele assinalou ainda que o problema do corte de subsídios faz parte de uma atitude geral dos agentes econômicos: "Todos querem cortar os gastos do vizinho, nunca o seu próprio, seja nos salários, nas verbas oficiais ou nos subsídios. E o governo acaba ficando sozinho". Segundo ele, uma estratégia que pode ser adequada à crise brasileira deve compor medidas monetárias e fiscais e outras de estímulo à produção — entre elas, o aumento gradativo do salário mínimo, sua desvinculação real da indexação salarial e de outras rendas, além do estímulo às exportações e seleção dos investimentos públicos para as áreas estranguladas da economia, com possibilidades de retorno rápido.

No debate, que teve ainda a participação do deputado federal César Maia, do PDT, e do economista e ex-deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, o deputado federal José Serra disse que não há condições de se aplicar qualquer política de choque na economia neste momento, devido aos altos índices de inflação e à desorganização dos preços relativos, além de não estar resolvida a questão da dívida externa e da queda de reservas brasileiras. Para ele, "não se pode fazer um congelamento agora. O importante é procurar impedir o galope da inflação". Segundo Serra, a questão do déficit público, neste quadro, embora não seja grave no momento, "pode criar problemas mais sérios adiante".

A defesa da austeridade

Dois economistas colocados geralmente em campos opostos manifestaram ontem opiniões idênticas ao fazerem a defesa de um programa de austeridade com a redução do déficit público; aplicação de políticas monetária e fiscal mais restritivas; e rejeição total da hipótese de novo choque heterodoxo, com outro congelamento de preços. Essas sugestões foram feitas por Mário Henrique Simonsen — diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, ex-ministro da Fazenda no governo Geisel e do Planejamento no governo Figueiredo — e Eduardo Modiano — professor da PUC-Rio e um dos "pais" do Plano Cruzado.

Ambos participaram, como conferencistas, juntamente com o chefe da assessoria econômica do Ministério da Economia da Argentina, Roberto Frenkel — um dos autores do Plano Austral — do seminário sobre "Estratégias não-recessivas de combate à inflação". E se referiram várias vezes à experiência argentina para recomendar um "aperto" na política fiscal e monetária, antes de qualquer aplicação de uma política de renda ou novos choques na economia.

Após afirmar que "estamos entrando na recessão justamente com a retórica do não à recessão", Simonsen apontou uma "leve diferença" entre o Plano Austral e o Plano Cruzado e que "responde pelo sucesso do primeiro e fracasso do segundo": o fato de que, ao contrário do Brasil, o governo da Argentina combinou austeridade fiscal com política monetária e política de renda. Destacou também que a Argentina proibiu o Banco Central de emitir moeda para financiar o déficit público e substituiu, rapidamente, o sistema de congelamento de preços quando constatou que as pressões de custos poderiam minar todo o programa.

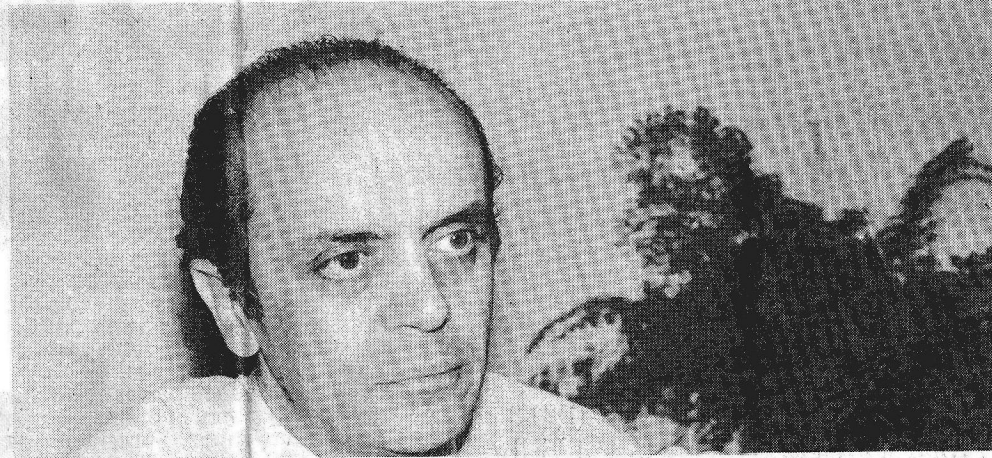
Fórmula do fracasso

No Brasil, segundo Simonsen, o governo errou em manter os preços "engessados" artificialmente por muito tempo e promover uma remonetização rápida demais, além de ter agravado a situação do déficit público com subsídios para sustentar o congelamento. Outra "notável façanha", segundo o ex-ministro, foi o governo suspender o pagamento de juros para proteger as reservas e "conseguir perder essas reservas".

Para Simonsen, que não responsabilizou o Cruzado II pelo fim do Plano Cruzado, "o próprio Plano Cruzado foi responsável pelo seu fracasso", a reedição de um novo plano nos mesmos moldes provavelmente seria chamada de "Cruzado hilariante", por falta total de credibilidade. "Chegamos a um ponto em que qualquer programa do governo tem que tocar no déficit público, anunciar um plano de ajuste fiscal e dar efetiva segurança de que isso será feito",



Fernando Henrique: faltam critérios.



José Serra: é preciso controlar os subsídios



Simonsen: "Cruzado hilariante".



Modiano: por um ajuste fiscal.



Um debate sobre a crise é um programa de austeridade.

aconselhou. Outro ponto essencial para o êxito de um programa de combate à inflação, segundo Simonsen, é a independência do Banco Central, com mandato fixo para os diretores — "talvez definido pelo Senado" — e a proibição de emissão de moeda para financiamento do governo.

O economista Eduardo Modiano defendeu a aplicação de um novo choque heterodoxo em três meses, mas, como Simonsen, afirmou que, nessa primeira fase, o governo deveria fazer um ajuste fiscal — cortando subsídios, reduzindo transferências ao setor privado e, se necessário, aumentando impostos —, além de efetivar um acordo com os bancos credores, "algo que foi feito no Plano Austral, na Argentina". Numa segunda fase, seria escolhido um "Dia D", tal como no Plano Cruzado, e feito o realinhamento dos preços, com o congelamento daqueles que estivessem sob controle oficial. Na terceira fase, viria a execução de uma política de renda ativa, permanente, em todo o período do programa, principalmente na fase de descongelamento.

Modiano salientou, no entanto, dois pontos básicos: primeiro, o governo deve realmente efetivar o ajuste fiscal antes do "Dia D", pois "ninguém vai se contentar com um simples anúncio disso"; e segundo, deve evitar pressões para um novo congelamento agora — "e não aceitar isso como forma de dobrar a bancada do PMDB para fixar o mandato presidencial" — até porque "não existem mais condições de trazer de volta a euforia consumista e a queda das taxas de juros, como esperam os políticos". Nas condições da economia atual, e "com essa deturpação de objetivos", afirmou Modiano, uma tentativa de reeditar o Plano Cruzado poderia acabar reeditando "o plano das Diretas-Já, que o governo, decididamente, não quer".

O ministro otimista

"Não vejo nenhuma razão para não ter confiança no País. A economia brasileira é poderosa, as dificuldades são momentâneas e não será por causa da inflação que se deverá parar de investir." Este foi um dos recados que o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, deu ontem em Belo Horizonte, em duas palestras que proferiu — uma na Federação das Indústrias e outra na Associação Comercial de Minas. O ministro deixou claro que se os empresários não voltarem a investir "será muito difícil conter os gastos públicos".

Empresários que assistiram às declarações do ministro saíram frustrados dos encontros. Para eles, as atuais indefinições da política econômica aliadas às altas taxas de juros indicam que não é recomendável investir. Para o presidente da Associação Comercial, Hiram Correa, Bresser Pereira "não esclareceu as dúvidas, ficou clara a ausência de um plano de governo e o empenhado continuou na mesma expectativa".

O ministro garantiu que não haverá recessão, mas sem convencer ou explicar satisfatoriamente os motivos de sua confiança. Descartou totalmente ainda a possibilidade de o governo atender à reivindicação de correção parcial no pagamento dos empréstimos das linhas especiais de crédito às empresas. "Não podemos subsidiar empresas com problemas, usando dinheiro público. Em geral, as empresas têm condições de pagar a correção plena. Se há inflação é porque estão aumentando seus preços e mantendo seu faturamento."

Para Bresser Pereira, o "plano de consistência macroeconômica", em elaboração em seu Ministério, "para uma política econômica racional", deverá estabelecer providências que resultarão na redução das taxas de juros, do déficit público e garantir o superávit de US\$ 9 bilhões na balança comercial. Mas ele não soube informar quando o plano estará concluído. "Não há um prazo definitivo para ele ficar pronto, mas eu espero que nas próximas semanas ele esteja em condições de ser discutido com o presidente. Um repórter perguntou: 'O senhor não descarta o congelamento?' Bresser foi enfático: 'O congelamento está completamente descartado. Outro repórter: 'E esse plano trabalha com uma previsão de inflação para este ano de quanto?' O ministro respondeu: 'Nós não temos. A inflação acelerou-se muito rapidamente nesses últimos três ou quatro meses, de forma que nós estamos revendo a taxa de inflação. A taxa que estava sendo trabalhada no governo era de apenas 200% e ela será maior do que isso'".

Bresser Pereira assegurou que o PIB industrial deverá crescer em média 6% nos próximos anos. Este ano, porém, deve ficar em 3%, quando a expectativa no início do ano era de não ultrapassar os 1,4%. Quanto ao superávit comercial, previu US\$ 8 bilhões este ano e US\$ 9 bilhões nos próximos, "para se negociar a dívida de forma soberana. Taxas de câmbio e preços se manterão realistas", disse.

A experiência argentina

"Milagres técnicos para combater a inflação não existem. É preciso aplicar políticas antiinflacionárias de maneira contínua, combinando uma política de renda, de caráter heterodoxo, com políticas fiscal e monetária para administrar a demanda. Não se deve fazer um choque e esperar que seus efeitos sejam permanentes."

Essa é a principal experiência argentina que o economista Roberto Frenkel, um dos autores do Plano Austral e chefe da assessoria do Ministério da Economia daquele país, procurou transmitir aos participantes do seminário "Estratégias não-recessivas de combate à inflação". Segundo Frenkel, o Plano Austral conseguiu acabar com o hiperinflação mas não fez com que desaparecesse a propulsão inflacionária, o que demonstra a necessidade de políticas antiinflacionárias sucessivas. Defendeu a aplicação combinada de uma política econômica de curto prazo com reformas estruturais.

Na Argentina, disse, é essa combinação de políticas fiscal e monetária com política de renda, aplicada continuamente, que garante até agora o êxito do Plano Austral no combate à inflação, que hoje está em torno de 3% a 4% ao mês.